

TERMO DE RESPONSABILIDADE SOBRE VEÍCULO USADO NA TROCA

Eu, {{CLIENT_NAME}}, portador (a) do RG nº {{CLIENT_RG}} e inscrito(a) no CPF sob o nº {{CLIENT_CPF}}, residente e domiciliado (a) {{CLIENT_ADDRESS}}, doravante denominado (a) CLIENTE, por meio do presente termo declaro, para todos os fins de direito, que vendi o VEÍCULO USADO abaixo discriminado à (concessionária), inscrita no CNPJ/MF sob nº 60.894.136/0004-67 doravante denominada CONCESSIONÁRIA ou COMPRADORA, o qual foi negociado em perfeitas condições de uso, livre e desembaraçado de quaisquer ônus financeiros, judiciais e extrajudiciais, inclusive penhora, registros de roubos e furtos, remarcações/adulteração de chassi ou partes do veículo, que impossibilitem a transferência regular de seu domínio perante os órgãos e entidades.

Estou ciente de minha integral responsabilidade civil e criminalmente por eventual evicção, assumindo integralmente a responsabilidade pela legitimidade e procedência do veículo, concordando e reconhecendo que eventuais bloqueios judiciais e/ou administrativos de natureza fiscal ou não, multas, tributos atrasados, em especial o IPVA, DPVAT, infrações existentes junto ao DETRAN ou outro órgão equivalente, que recaiam sobre o referido VEÍCULO USADO, até a data de sua efetiva entrega à CONCESSIONÁRIA, mesmo que lançadas posteriormente, serão de responsabilidade e atribuição exclusiva do CLIENTE, obrigando-se a realizar o pagamento no prazo de 48 (quarenta e oito) horas após o comunicado verbal e/ou escrito por parte da CONCESSIONÁRIA, ciente de que eventual inadimplemento ensejará em multa no montante de 2% (dois por cento) sobre o valor do débito e correção monetária pela variação positiva do IGPM/FGV, sem prejuízo de serem adotadas as medidas judiciais cabíveis e ainda, a regularizar as pendências relativas aos bloqueios.

No caso de serem referidos encargos quitados pela COMPRADORA, ficará a mesma sub-rogada nestes créditos, ficando expressamente convencionado que se a COMPRADORA tiver que promover a execução judicial de seu crédito, o mesmo será acrescido de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, mais multa de 10% (dez por cento) e correção monetária, sujeitando-se ainda ao pagamento das custas e despesas processuais, além da verba honorária de 20% (vinte por cento) sobre o valor da causa.

Por fim, estou ciente que, na hipótese de as informações acima mencionadas não serem verdadeiras, estarei sujeito(a) a todas as cominações legais, inclusive a prevista no artigo 299 do Código Penal Brasileiro.

LOCAL E DATA: SÃO JOSÉ DOS CAMPOS{{DOCUMENT_DATE}}

CLIENTE

CPF nº: {{CLIENT_CPF}}